XIV CONFERÊNCIA JURÍDICA

Os 50+ anos da Constituição

da República Portuguesa de 1976

5 de novembro de 2026 Escola de Tecnologia e Gestão – Universidade de Leiria e Oeste, campus 2

9:30 Sessão de abertura

Auditório 1, Ed. B

Reitor da Universidade de Leiria e Oeste, Carlos Rabadão (a confirmar)

Coordenador do DCJ, Eugénio Lucas

10:00 Sessão plenária

A singularidade da CRP de 1976 na experiência constitucional portuguesa
Orador convidado: Vital Moreira, Professor Jubilado da FDUC

Moderador: Mário Simões Barata

11:00–11:30 *Coffee break*

11:30–12:45 Painel I: Revisão constitucional

Auditório 1, Ed. B

O impacto da União Europeia na Constituição portuguesa
Carlos Proença, Universidade Politécnica de Lisboa

Justiça constitucional e tutela multinível dos direitos fundamentais: atalhar inconstitucionalidades por via da fiscalização preventiva
Fátima Pacheco, Universidade Técnica do Porto

A fiscalização preventiva da constitucionalidade das leis de revisão constitucional
José Silva Lopes, Universidade Portucalense

Identidade constitucional e a Revisão da CRP de 1976
Mário Simões Barata / Eugénio Lucas, Universidade de Leiria e Oeste

12:45–14:15 *Almoço*

14:15–15:45 Painel II: Direitos Fundamentais

Sala DS.01.01 (JurisLab)

Velhos e novos desafios da Constituição da República Portuguesa em matéria criminal
Marta Crespo, Magistrada judicial

O Processo Penal nos 50 Anos da Constituição da República Portuguesa: Garantismo Constitucional, Prova Digital e Inteligência Artificial
Carlos Medeiros / J. Dinis Pinto Medeiros, Universidade Portucalense

O Direito Penal do Bem Jurídico Perante os Crimes Cibersexuais
Rui Caria, Universidade de Leiria e Oeste

Os 50 anos do direito à habitação e o cooperativismo constitucional: uma via ainda por explorar?
Joana Sá Pereira, Universidade de Leiria e Oeste

A Crise da Habitação e os Direitos Fundamentais e Humanos: A Eventual Violação da Dignidade da Pessoa Humana em Moldes Habitacionais: Por uma Adaptação Constitucional Razoável e Justa
Patrícia Pinto Alves, Universidade Técnica do Porto

14:15–15:45 Painel III: Direitos Fundamentais

Sala DS.1.2

A Constituição laboral perante a transição digital: plataformas digitais, inteligência artificial e proteção dos trabalhadores
Telma Reis Martins, Advogada

Os direitos fundamentais dos trabalhadores na Constituição da República Portuguesa
José Lucas Cardoso, Universidade Politécnica de Lisboa

O ponto de viragem do sistema da segurança social em tempo digital: roteiro estratégico
Elisabete Santos, Universidade de Leiria e Oeste

A intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias ao serviço dos direitos sociais
Isabel Fonseca / Ruben Cardoso, Universidade do Minho

Direitos Fundamentais em Tempos de Guerra: Que Relevância Tem a Constituição Portuguesa para os Conflitos do Século XXI?
Angelica Lima, Universidade Portucalense

15:45–16:00 *Intervalo*

16:00–17:30 Painel IV: Direitos Fundamentais

Sala DS.01.01 (JurisLab)

A Constitucionalização da Sustentabilidade Empresarial e os Novos Desafios Societários: os contributos da Constituição Económica Portuguesa cinquenta anos depois
Rita Almeida, Universidade de Leiria e Oeste

A (in)constitucionalidade da exclusão dos sócios da decisão sobre o plano de recuperação e da sua exclusão forçada no âmbito do Processo Especial de Revitalização
José Gomes Machado, Universidade Lusófona

A Revolução da Tecnologia na Saúde: o Consentimento Informado na Telemedicina e na Inteligência Artificial
Daniela Marques Dias, Universidade de Leiria e Oeste

Os Direitos das Mulheres, fruto das Conquistas do 25 de Abril de 1974 – evolução cronológica e reflexão
Isabel Poças, Instituto dos Registos e do Notariado, I.P.

Da Família Patriarcal à Pluralidade das Famílias: 50 Anos de Direito da Família à Luz da Constituição de 1976
Susana Almeida / Patrícia Rocha, Universidade de Leiria e Oeste

16:00–17:30 Painel V: Economia e Poder Político

Sala DS.1.2

A tributação como instrumento de política pública: cinquenta anos de experiência constitucional
Dany Podence Casimiro, Inspetor da IGF

O Sistema Partidário, no contexto da Constituição da República Portuguesa, de 1976: evolução, dinâmicas e impacto no funcionamento do Sistema de Governo
Ângelo Abrunhosa, Universidade de Leiria e Oeste

O TJUE como tribunal constitucional e a CRP: soberania e coabitação
Dora Resende Alves, Universidade Portucalense

O respaldo jurídico-constitucional das políticas de desenvolvimento local e regional na contratação pública
João Araújo Silva, Universidade de Leiria e Oeste / Isabel Fonseca, Universidade do Minho

17:30 Sessão de encerramento

Anfiteatro 1, Ed. B

Diretor da ESTG, Mário Antunes (a confirmar)

Coordenadora do IJP-ULO, Susana Almeida

INSCRIÇÃO

Para efeitos de emissão de certificado:

gire.estg@ulo.pt

Universidade Leiria • Oeste

IJP Instituto Jurídico Portucalense

fct Fundação para a Ciência e a Tecnologia

UID/04112/2025

Financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/04112/2025.